



SENADO FEDERAL

REPRESENTAÇÃO

Nº 1, DE 2012

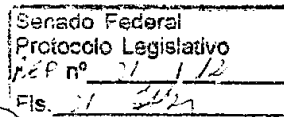
Apresenta, nos termos do art. 55, II e § 2º, da Constituição Federal e art. 5º, II e III; e art. 17 e seguintes do Código de Ética e Decoro Parlamentar - Resolução nº 20 de 1993, do Senado Federal, Representação em face do Senhor Senador DEMÓSTENES TORRES, tendo em vista as matérias publicadas pelos órgãos de imprensa acerca das investigações realizadas pela Polícia Federal no âmbito da "Operação Monte Carlo".

EXCELENTÍSSIMO SENHOR PRESIDENTE DO CONSELHO DE ÉTICA E DECORO PARLAMENTAR DO SENADO FEDERAL – BRASÍLIA-DF.

O **PARTIDO SOCIALISMO E LIBERDADE – PSOL**, partido político de direito privado devidamente registrado no TSE, com sede em Brasília-DF e com representação e liderança no Congresso Nacional, por seu respectivo Presidente Nacional abaixo subscrito, vem diante de Vossa Excelência, com fundamento no art. 55, II e § 2º, da Constituição Federal e no art. 5º, II e III; e art. 17 e seguintes do Código de Ética e Decoro Parlamentar – Resolução do Senado nº 20, de 1993, ofertar a presente

REPRESENTAÇÃO PARA VERIFICAÇÃO DA QUEBRA DE DECORO PARLAMENTAR

em face do Senhor Senador **DEMÓSTENES TORRES**, brasileiro, Senador da República pelo Democratas (DEM-GO), pelas razões de fato e de direito adiante expostas:



Claudia Lyra Nascimento
Secretária-Geral da Mesa

*Recebido 08.03.12
16.715h
Ciu*

DOS FATOS

No início do mês de março de 2012, órgãos de imprensa começaram a veicular diversas matérias acerca das investigações realizadas pela Polícia Federal no âmbito da assim denominada “Operação Monte Carlo”, destinada a desbaratar quadrilha envolvida com o jogo ilegal em vários Estados da Federação.

O principal investigado nesta operação é o empresário do ramo do jogo, Carlos Augusto Ramos – também conhecido como Carlinhos Cachoeira.

As primeiras informações trazidas pela imprensa davam conta de que no período compreendido entre fevereiro e agosto de 2011, o investigado teria trocado 298 ligações telefônicas com o Senador Demóstenes Torres. Tais registros foram conseguidos através de monitoramento autorizado pela Justiça.

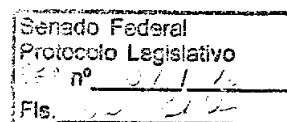
Em um dos diálogos, descrito em notícia do Correio Braziliense, há referências a um presente recebido pelo Senador Demóstenes Torres: uma cozinha importada no valor de US\$ 27 mil.

Em discurso proferido no Plenário desta Casa em 06 de março próximo passado, com a finalidade de prestar esclarecimentos sobre as notícias publicadas sobre a operação da Polícia Federal, o Senador Demóstenes Torres assume ter relações de amizade com o investigado, embora afirme peremptoriamente não ter participação nos negócios de Cachoeira. Neste trecho de seu discurso, o Senador também admite o recebimento do presente:

“(…)

Apesar do relacionamento de amizade, nunca tive negócios com Carlos Cachoeira. Já expus em algumas entrevistas nomes e fatos da intimidade de pessoas próximas, que não repetirei nesta tribuna até porque sua relevância se restringe a manchetes. Porém, as ligações telefônicas apontam para conversas triviais e tiveram sua frequência ampliada durante o período em que eu e minha mulher interferimos numa questão pessoal da amiga dela, esposa de Carlos Cachoeira. Um único episódio das gravações telefônicas diretamente ligado a mim é de ordem estritamente privada.

No ano passado quando, segundo a imprensa, ocorria à dita operação, houve o meu casamento – fato do conhecimento de todos os senhores e de todas as senhoras. Na ocasião, recebemos diversos presentes, inclusive um fogão e uma geladeira ofertados pelo casal



*de amigos. A boa educação recomenda não perguntar o preço de um presente, muito menos recusá-lo. Foi o que fiz no caso desses objetos e de todos os demais que outros amigos generosamente me enviaram como demonstração de gentileza.
(...)"*

Em que pese o fato de manter relações pessoais realmente não significar participação em negócios escusos de outra pessoa, bem como o recebimento de presentes de casamento não configurar, em princípio, ilícito, há que se ponderar que o valor do presente recebido, que não precisaria ser questionado para que fosse constatado, pode levar à interpretação de recebimento de vantagem indevida, previsto no inciso II do Art. 5º da Resolução do Senado Federal nº 20 de 17 de março de 1993.

Após a defesa apresentada pelo Representado no Plenário do Senado, foi noticiado pela revista Época que Carlinhos Cachoeira teria habilitado nos Estados Unidos 15 rádios "Nextel" e os distribuído entre pessoas de sua mais estrita confiança. A habilitação em país estrangeiro teria a finalidade de impedir que os mesmos fossem alvo de monitoramento pela polícia.

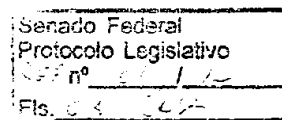
Entre as pessoas que receberam tal aparelho, encontram-se alguns foragidos e também pessoas que foram presas durante a Operação Monte Carlo.

Segundo a reportagem, o Senador Demóstenes Torres também teria recebido um desses aparelhos e o utilizado exclusivamente para realizar ligações para Carlinhos Cachoeira.

Com o decorrer do tempo, foram aparecendo mais denúncias que mostram o envolvimento do Senador Demóstenes Torres com Carlinhos Cachoeira.

A revista Carta Capital aponta a existência de relatórios assinados pelo delegado da Polícia Federal Deuselino Valadares dos Santos datados do ano de 2006 que apontam que o Representado recebia 30% de todo o valor recebido por Carlinhos Cachoeira na exploração do jogo ilegal. O dinheiro, avaliado num montante de R\$ 50.000.000,00 (cinquenta milhões de reais) seria utilizado na campanha de Demóstenes ao Governo do Estado de Goiás, via caixa dois.

O delegado que assina os relatórios foi um dos presos na Operação Monte Carlo e teria sido cooptado pela quadrilha de Cachoeira no decorrer das investigações.



Em 2008, por meio da “Operação Las Vegas”, a Polícia Federal teria novamente encontrado vínculo entre o Representado e Cachoeira. O inquérito desta Operação, que trazia o conteúdo de escutas telefônicas, foi encaminhado à Procuradoria Geral da República em 2009, por conter indícios contra o Senador Demóstenes.

Outro fato noticiado foi a divulgação de uma gravação entre o Representado e Cachoeira, onde aquele pedia R\$ 3.000,00 (três mil reais), para que fosse efetuado o pagamento de um taxi aéreo.

Além dos fatos acima, também constariam das gravações constantes do inquérito da “Operação Las Vegas”, segundo o jornal O Globo, conversas nas quais o Representado passou informações privilegiadas a Carlinhos Cachoeira, conseguidas em reuniões reservadas que teve com representantes do Executivo, Legislativo e mesmo do Judiciário.

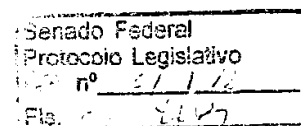
Em virtude da gravidade dos fatos, bem como da robustez das provas que se encontram em seu poder, a grande maioria não divulgada uma vez que o inquérito está correndo sob sigilo, o Procurador Geral da República, Sr. Roberto Gurgel, apresentou na data de ontem pedido para a abertura de inquérito junto ao STF para investigar as condutas do Senador Demóstenes e sua relação com o grupo chefiado por Carlinhos Cachoeira.

Sobre os motivos que o levaram ao pedido de abertura de inquérito, afirmou o Procurador Geral da República: *"Considerarei [as gravações] graves o suficiente para que houvesse o pedido de instauração de inquérito. É um volume muito grande de interceptações telefônicas e de um período bastante longo"*.

DO DIREITO

As graves denúncias, além de constituírem indícios da prática de atividades ilícitas pelo Representado, caracterizam-se, por si, atitudes que desprestigiariam o Senado e os seus membros, em flagrante prejuízo da já péssima imagem do Poder Legislativo Nacional.

Aos senadores, detentores de mandato eletivo, representantes direto do povo e dos Estados da Federação, e agentes públicos em período integral, são exigidos de modo permanente o decore e a compostura adequada ao cargo que exercem.



Diferentemente dos demais cidadãos, ao senador é muito mais rigorosa a proibição legal de realizar atos e práticas abusivas ou contrárias à probidade, legalidade, moralidade, assim como às regras de costume e de comportamento.

A conclusão de uma completa investigação, em sede de processo disciplinar pode, ainda, vir a demonstrar abuso das prerrogativas de imunidade e abuso no exercício do mandato pelo Representado.

Ao Conselho de Ética e Decoro do Senado cabe, em virtude dos indícios, preservar a dignidade do mandato parlamentar. Mais que uma prerrogativa, trata-se, em verdade, de um poder-dever, que consequentemente traz a responsabilidade institucional inafastável de investigar e eventualmente punir os senadores que tenham quebrado o decoro parlamentar.

Para tanto, diante de todos os indícios apresentados, deve o Conselho de Ética e Decoro do Senado proceder às diligências e à instrução probatória que entender necessárias para o melhor julgamento do caso, conforme preceitua o Art. 15 do Código de Ética e Decoro Parlamentar:

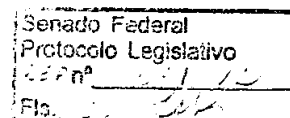
“ Art. 15. Recebida a representação, o Conselho observará os seguintes procedimentos:

(...)

IV – apresentada a defesa, o Conselho ou, quando for o caso, a Comissão de Inquérito, procederá às diligências e à instrução probatória que entender necessárias, findas as quais proferirá parecer no prazo de cinco sessões ordinárias do Senado, salvo na hipótese do art. 19, concluindo pela procedência da representação ou pelo arquivamento da mesma, oferecendo-se, na primeira hipótese, o projeto de resolução apropriado para a declaração da perda do mandato ou da suspensão temporária do exercício do mandato;”

Neste sentido, cabe a esse Conselho requerer ao Ministério Público Federal sejam encaminhadas as provas que se encontram em seu poder, bem como a transferência do sigilo daquelas que assim estejam classificadas.

Destarte, estão presentes os elementos suficientes o bastante para justificar a abertura de processo de quebra de decoro parlamentar junto a esse Conselho de



Ética e Decoro Parlamentar, assim permitindo o esclarecimento dos fatos.

Verifica-se das denúncias que o Representado feriu o disposto no art. 55, II e parágrafo 1º da Constituição Federal que estipula:

*“Art. 55. Perderá o mandato o Deputado ou Senador:
II - cujo procedimento for declarado incompatível com o decoro parlamentar;
§ 1º - É incompatível com o decoro parlamentar, além dos casos definidos no regimento interno, o abuso das prerrogativas asseguradas a membro do Congresso Nacional ou a percepção de vantagens indevidas.”*

Já a Resolução nº 20, de 1993 dispõe, em seu art. 5º que:

*“Art. 5º Consideram-se incompatíveis com a ética e o decoro parlamentar:
(...)
II – a percepção de vantagens indevidas (Constituição Federal, art. 55, § 1º), tais como doações, ressaltados brindes sem valor econômico;
III – a prática de irregularidades graves no desempenho do mandato ou de encargos decorrentes.”*

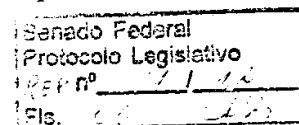
Está clara a percepção de vantagens indevidas pelo Representado, materializadas no recebimento de presentes de valor vultoso, assim como de favores como o pagamento do taxi aéreo e da “doação de campanha” no valor de 30% do faturamento da quadrilha com o jogo ilegal.

O fornecimento de informações privilegiadas, por sua vez, configura a prática de irregularidades graves no desempenho do mandato, já que tais informações foram conseguidas apenas e tão somente devido ao exercício de seu mandato de Senador.

DOS PEDIDOS

Diante de todo o exposto, requer-se:

I – o recebimento da presente Representação pelo Conselho de Ética e Decoro Parlamentar e a competente instauração do Processo Disciplinar, ante a suposta quebra de decoro



parlamentar do Senador Demóstenes Torres , com a designação de relator ou nomeação de Comissão;

II – a notificação do Representado para que responda, se lhe aprouver, a presente Representação no prazo regimental;

II – sem prejuízo da defesa técnica, o depoimento pessoal do Representado ao Conselho de Ética e Decoro Parlamentar do Senado Federal;

III – requer-se oitiva de testemunhas e demais pessoas envolvidas, especialmente o Sr. Carlos Augusto Ramos;

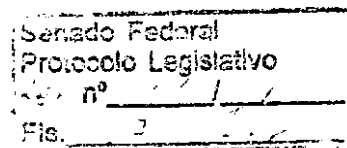
IV – sejam solicitadas ao Ministério Público Federal, nos termos do Art. 19 da Resolução nº 20 de 1993, as provas que envolvam o Representado enviadas ao Supremo Tribunal Federal no pedido de abertura de inquérito para a investigação dos fatos aqui descritos;

V – ao final, a procedência da presente Representação com a recomendação ao Plenário do Senado das sanções cabíveis.

Nestes termos,
pede o deferimento,

Brasília, 28 de março de 2012


IVAN VALENTE
PRESIDENTE DO PSOL



Os 30% de Demóstenes

Posted By [Redação Carta Capital](#) On 23 de março de 2012 @ 18:04 In [Política](#) | [120 Comments](#)

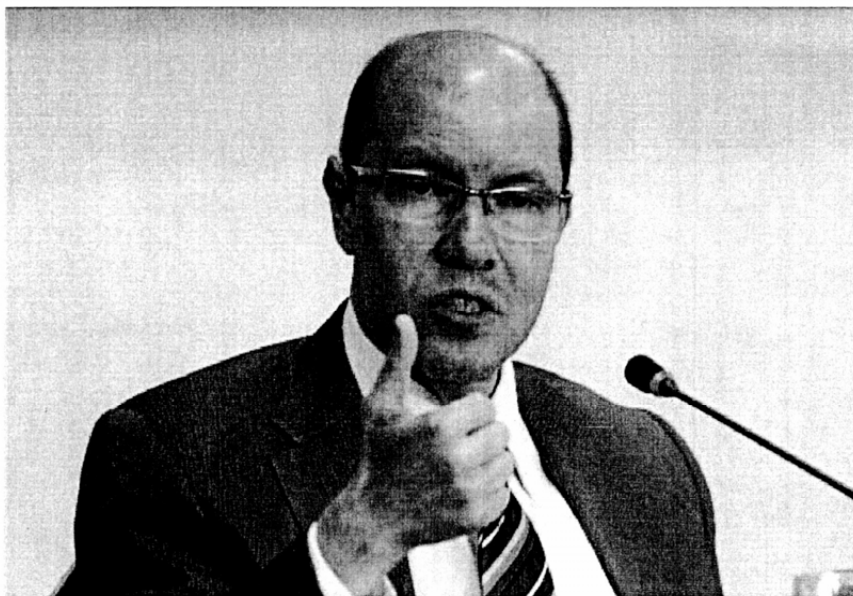
Gosto 4 000 **Tweeter** 484

761

Por Leandro Fortes*

A Polícia Federal tem conhecimento, desde 2006, das ligações do bicheiro Carlos Augusto Ramos, o Carlinhos Cachoeira, com o senador Demóstenes Torres, do DEM de Goiás.

Três relatórios assinados pelo delegado Deuselino Valadares dos Santos, então chefe da Delegacia de Repressão a Crimes Financeiros (DRCOR), da Superintendência da PF em Goiânia, revelam que Demóstenes tinha direito a 30% da arrecadação geral do esquema de jogo clandestino, calculada em, aproximadamente, 170 milhões de reais nos últimos seis anos.



[1]

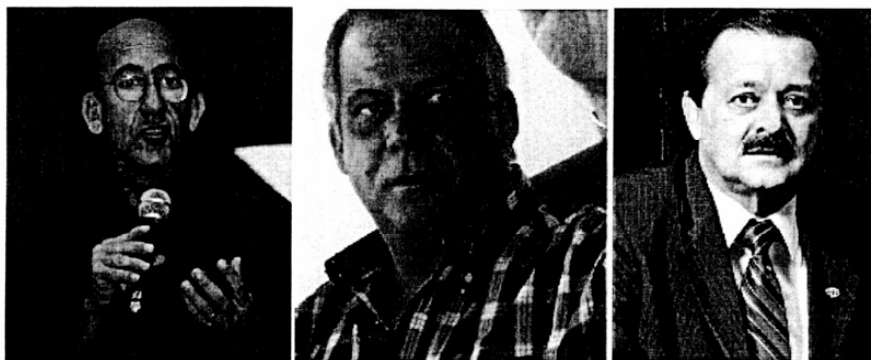
Segundo relatório da Polícia Federal, 30% é o percentual que o senador do DEM recebia do bicheiro Carlinhos Cachoeira. Foto: Renato Araújo/ABr

Na época, o império do bicheiro incluía 8 mil máquinas ilegais de caça-níqueis e 1,5 mil pontos de bingos. Como somente no mês passado a jogatina foi desbaratada, na Operação Monte Carlo, as contas apresentadas pela PF demonstram que a parte do parlamentar deve ter ficado em torno de 50 milhões de reais. O dinheiro, segundo a PF, estava sendo direcionado para a futura candidatura de Demóstenes ao governo de Goiás, via caixa dois.

A informação, obtida por *CartaCapital*, consta de um Relatório Sigiloso de Análise da Operação Monte Carlo, sob os cuidados do Núcleo de Inteligência Policial da Superintendência da PF em Brasília. Dessa forma, sabe-se agora que Demóstenes Torres, ex-procurador, ex-delegado, ex-secretário de Segurança Pública de Goiás, mantinha uma relação direta com o bando de Cachoeira, ao mesmo tempo em que ocupava a tribuna do Senado Federal para vociferar contra a corrupção e o crime organizado no País.

O senador conseguiu manter a investigação tanto tempo em segredo por conta de um expediente tipicamente mafioso: ao invés de se defender, comprou o delegado da PF.

Deusélino Valadares foi um dos 35 presos pela Operação Monte Carlo, em 29 de fevereiro. Nas interceptações telefônicas feitas pela PF, com autorização da Justiça, ele é chamado de "Neginho" pelo bicheiro. Por estar lotado na DRCOR, era responsável pelas operações policiais da Superintendência da PF em todo o estado de Goiás. Ao que tudo indica, foi cooptado para a quadrilha logo depois de descobrir os esquemas de Cachoeira, Demóstenes e mais três políticos goianos também citados por ele, na investigação: os deputados federais Carlos Alberto Leréia (PSDB), Jovair Arantes (PTB) e Rubens Otoni (PT).



[2]

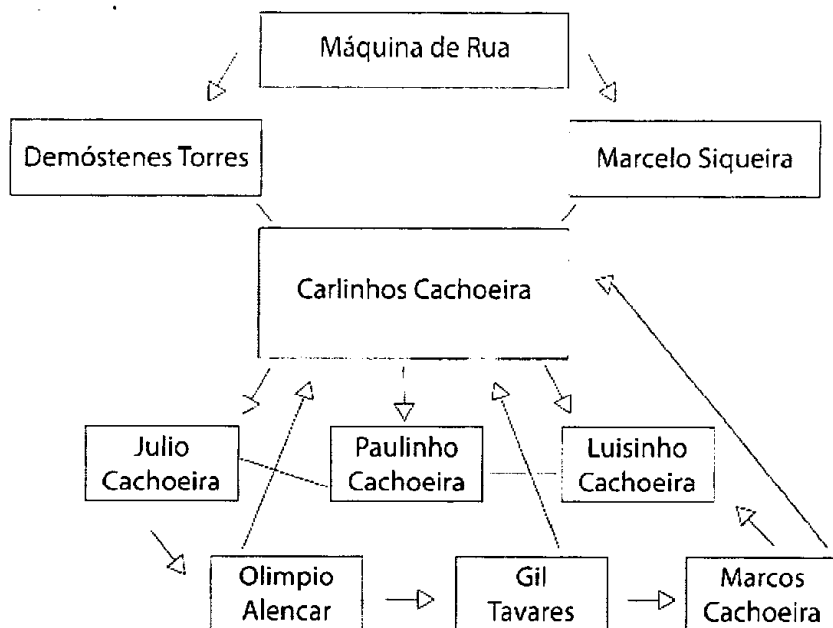
Escutas da Operação Monte Carlo mostram que o bicheiro citou mais três políticos goianos: Rubens Otoni (PT) (à esquerda), Carlos Alberto Leréia (PSDB) (centro) e Jovair Arantes (PTB)

Ao longo da investigação, a PF descobriu que, nos últimos cinco anos, o delegado passava informações sigilosas para o bando e enriquecia a olhos vistos. Tornou-se dono de uma empresa, a Ideal Segurança Ltda, registrada em nome da mulher, Luanna Bastos Pires Valadares. A firma foi montada em sociedade com Carlinhos Cachoeira para lavar dinheiro. Também comprou fazendas em Tocantins, o que acabou por levantar suspeitas e resultar no afastamento dele da PF, em 2011.

O primeiro relatório do delegado Deusélino Valadares data de 7 de abril de 2006, encaminhado à Delegacia de Repressão a Crimes Contra o Patrimônio (Delepat) da PF em Goiânia. Valadares investigava o escândalo da Avestruz Master, uma empresa que fraudou milhares de investidores em Goiás, quando conheceu o advogado Ruy Cruvinel. Cruvinel chamou Valadares para formar uma parceria a fim de criar "uma organização paralela" à de Carlinhos Cachoeira. O suborno, segundo o delegado, seria uma quantia inicial de 200 mil reais. Ele, ao que parece, não aceitou e decidiu denunciar o crime.

Em 26 de abril de 2006, o relatório circunstanciado parcial 001/06, assinado por Deusélino Valadares, revelou uma ação da PF para estourar o cassino de Ruy Cruvinel, no Setor Oeste de Goiânia. Preso, Cruvinel confessou que, dos 200 mil reais semanais auferidos pelo esquema (Goiás e entorno de Brasília), 50%, ou seja, 100 mil reais, iam diretamente para os cofres de Carlinhos Cachoeira.

Outros 30% eram destinados ao senador Demóstenes Torres, cuja responsabilidade era a de remunerar também o então superintendente de Loterias da Agência Goiânia de Administração (Aganp), Marcelo Siqueira. Ex-procurador, Siqueira foi indicação de Demóstenes e do deputado Leréia para o cargo. Curiosamente, ao assumir a função, um ano antes, ele havia anunciado que iria "jogar duro" contra o jogo ilegal em Goiás.



[3]

Réplica do infográfico montado pelo delegado Deuselino Valadares dos Santos

Em 31 de maio de 2006, de acordo com os documentos da Operação Monte Carlo, Deuselino Valadares fez o relatório derradeiro sobre o esquema, de forma bem detalhada, aí incluído um infográfico do "propinoduto" onde o bicheiro é colocado no centro de uma série de ramificações criminosas, ao lado do senador do DEM e do ex-procurador Marcelo Siqueira. Em seguida, misteriosamente, o delegado parou de investigar o caso.

"Verificado todo o arquivo físico do NIP/SR/DPF/GO não foi localizado nenhum relatório, informação ou documentos de lavra do DPF DEUSELINO dando conta de eventual continuidade de seus contatos com pessoas ligadas à exploração de jogos de azar no Estado de Goiás", registrou o delegado Raul Alexandre Marques de Souza, em 13 de outubro de 2011, quando as investigações da Monte Carlo estavam em andamento.

A participação do senador Demóstenes Torres só foi novamente levantada pela PF em 2008, quando uma operação também voltada à repressão de jogo ilegal, batizada de "Las Vegas", o flagrou em grampos telefônicos em tratativas com Carlinhos Cachoeira. Novamente, o parlamentar conseguiu se safar graças a uma estranha posição da Procuradoria Geral da República, que recebeu o inquérito da PF, em 2009, mas jamais deu andamento ao caso.

Vea aqui documentos da Operação Monte Carlo [4].

***Acompanhe o Blog do Leandro Fortes** [5]

Article printed from Carta Capital: <http://www.cartacapital.com.br>

URL to article: <http://www.cartacapital.com.br/politica/os-30-de-demostenes/>

URLs in this post:

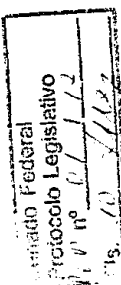
[1] Image: <http://www.cartacapital.com.br/wp-content/uploads/2012/03/Torres1-e1332536152132.jpg>

[2] Image: <http://www.cartacapital.com.br/wp-content/uploads/2012/03/montagem1.jpg>

[3] Image: <http://www.cartacapital.com.br/wp-content/uploads/2012/03/OperaçãoMC.jpg>

[4] Operação Monte Carlo: <http://www.cartacapital.com.br/wp-content/uploads/2012/03/Operação-Monte-Carlo.pdf>

[5] Blog do Leandro Fortes: <http://www.cartacapital.com.br/blogdoleandrofortes/>



globo.com

- [notícias](#)
- [esportes](#)
- [entretenimento](#)
- [vídeos](#)
- e-mail
 - [Globomail Pro](#)
 - [Globomail Free](#)
 - [Criar um e-mail](#)
- [central globo.com](#)
- [assine já](#)
- [todos os sites](#)



28/03/2012 09h15 - Atualizado em 28/03/2012 09h29

Lewandowski vai decidir se abre investigação sobre Demóstenes

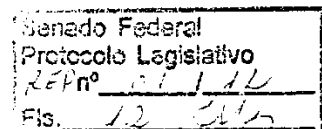
Ministro foi designado relator do pedido de abertura de inquérito.

Senador é suspeito de vínculo com empresário preso por jogo ilegal.

Débora Santos Do G1, em Brasília

Recomendar 35

Tweetar 26





O ministro Ricardo Lewandowski

(Foto: Nelson Jr. / STF)

O ministro do Supremo Tribunal Federal (STF) Ricardo Lewandowski foi designado relator do pedido de abertura de investigação sobre a ligação do senador Demóstenes Torres (DEM-GO) e outros dois deputados federais com o empresário Carlos Augusto de Almeida Ramos, o Carlinhos Cachoeira, suspeito de chefiar uma quadrilha de jogo ilegal.

Lewandowski vai decidir sobre o pedido feito na terça (27) pelo procurador-geral da República, Roberto Gurgel, ao Supremo - tribunal que deve autorizar a abertura de investigação sobre parlamentares e outras autoridades com foro privilegiado.

Demóstenes e os deputados Sandes Júnior (PP-GO) e Carlos Alberto Leréia (PSDB-GO) foram citados em relatório da operação Monte Carlo, deflagrada pela Polícia Federal em fevereiro.

A operação prendeu Cachoeira e outras pessoas suspeitas de envolvimento com jogo do bicho e caça-níqueis. As gravações telefônicas revelaram a ligação de Cachoeira com Demóstenes e com os deputados federais.

Gurgel afirmou que a definição sobre a necessidade de abertura de inquérito veio após a análise de 10 meses de interceptações telefônicas feitas pela PF. "Considerarei [as gravações] graves o suficiente para que houvesse o pedido de instauração de inquérito. É um volume muito grande de interceptações telefônicas e de um período bastante longo", afirmou.

saiba mais

- Demóstenes pede afastamento da liderança do DEM no Senado
- Presidente do DEM admite expulsar senador se comprovadas denúncias
- Em carta a Sarney, Demóstenes diz ser alvo de ataques

Ao **G1**, o advogado de Demóstenes, Antônio Carlos de Almeida Castro, o Kakay, disse que o pedido de inquérito irá facilitar a defesa do senador, que já vinha requisitando as informações à PGR. "Num primeiro momento [o pedido de inquérito] é ruim, mas para nós, juridicamente, é bom, porque teremos condições de levar o caso no devido processo legal", afirmou. Ele sustenta que as gravações não comprovam qualquer ato ilícito do senador.

Em pronunciamento no Senado, Demóstenes admitiu que mantém apenas relação de amizade com o empresário e negou conhecimento ou envolvimento em atividades ilegais.

No pedido, o procurador-geral pediu que a investigação seja desmembrada em três inquéritos. Um será específico para apurar possível envolvimento de Demóstenes em atividades ilegais ligadas ao jogo. A segunda deverá se concentrar sobre outros parlamentares. E um terceiro, sobre demais pessoas envolvidas sem foro privilegiado, para ser remetido à primeira instância da Justiça.

Gurgel disse que pediu a abertura de inquérito em separado para Leréia e Sandes Júnior porque identificou menos indícios da ligação deles com Carlinhos Cachoeira. "Em relação a esses outros dois parlamentares, digamos, há menos elementos e, por isso, também se pediu um desmembramento". O G1 tenta contato com os advogados dos deputados.

A assessoria de imprensa do deputado Carlos Alberto Leréia afirmou que ele não se manifestaria até conhecer o teor das investigações da Polícia Federal repassadas ao Ministério Público. A assessoria de Sandes Júnior não atendeu às ligações.

O procurador esclareceu que recebeu as informações sobre a operação Monte Carlo há 20 dias e, nesse período, se concentrou na análise da investigação para pedir a abertura dos inquéritos.

Renúncia

Após a confirmação do pedido de abertura de inquérito no STF, o líder do PSOL no Senado, Randolfe Rodrigues (AP), defendeu que o senador Demóstenes renuncie ao cargo. "Claramente, me parece que não tem mais condições para o senador Demóstenes aqui no âmbito do Senado Federal. Eu, se fosse o senador Demóstenes, acho que a única alternativa que restaria neste momento seria a renúncia", disse o líder do PSOL.

Randolfe afirmou que na manhã desta quarta o PSOL vai ingressar com uma representação no Conselho de Ética do Senado contra Demóstenes por quebra de decoro parlamentar. "Diante da decisão do procurador, torna-se inevitável uma representação por quebra de decoro parlamentar", afirmou o senador.

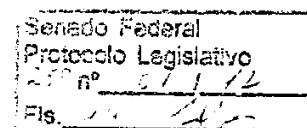
O Conselho de Ética do Senado é presidido, interinamente, pelo senador do DEM Jaime Campos. Nesta terça, Demóstenes pediu afastamento da liderança do DEM no Senado. O novo líder é o presidente nacional do partido, senador Agripino Maia (RN).

LINKS PATROCINADOS

Apartamentos em Brasília

Quer comprar apartamento? Confira ótimas opções de empreendimentos.

br.brookfield.com/ApartamentosDF



FOLHA.com

27/03/2012 - 19h30

Gurgel pede ao STF abertura de inquérito para investigar Demóstenes

FELIPE SELIGMAN
DE BRASÍLIA

Atualizado às **20h39**.

O procurador-geral da República, Roberto Gurgel, pediu ao STF (Supremo Tribunal Federal) a abertura de inquérito para investigar o senador Demóstenes Torres (DEM-GO), entendendo que existem indícios de uma ligação criminosa entre o parlamentar e o empresário do ramo de jogos, Carlos Augusto Ramos, o Carlinhos Cachoeira.

Ele afirmou que requisitou ao tribunal a autorização para a realização de uma série de "diligências", sem entrar em detalhes sobre quais seriam elas, por se tratar de um procedimento coberto pelo segredo de Justiça. Esse é um pedido formal que deverá ser atendido pelo STF, pois nesta fase de uma investigação criminal, o responsável por sua condução é o procurador-geral da República.

Ele não quis dizer se requisitou a de quebra de algum sigilo, mas afirmou que não houve qualquer pedido de prisão.

Ao chegar ao TSE (Tribunal Superior Eleitoral), Gurgel disse a jornalistas que decidiu requisitar a abertura do inquérito por entender que existem indícios suficientes de prática de crime na ligação entre senador e o empresário.

"Considero grave o suficiente para que houvesse o pedido de instauração de inquérito. É um volume muito extenso de interceptações telefônicas cobertas pelo sigilo e de um período bastante longo", afirmou

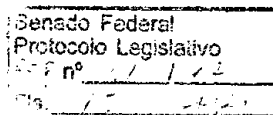
Questionado, Gurgel disse que essas interceptações ocorreram em um período de mais ou menos dez meses e muito do material analisado não estava degradado, motivo explicado por ele para não ter pedido a abertura do inquérito antes.

"Os indícios são sempre relacionados ao personagem central daquelas investigações [que resultaram na Operação Monte Carlo], que é conhecido como Carlinhos Cachoeira".

O pedido de Gurgel já foi protocolado no STF sob o título de Inquérito e recebeu o número 3430. Ainda não foi escolhido o ministro que será o relator do caso.

O procurador-geral também afirmou que requisitou, no mesmo pedido, um inquérito separado para investigar outros parlamentares que aparecem também nos grampos. Sem citar nomes, ele disse que seriam aqueles já citados em reportagens jornalísticas.

"Em relação a esses outros parlamentares já menos elementos e por isso também se pediu o desmembramento", disse Gurgel.



28/03/2012 13:31

COMISSÃO DE ÉTICA

Além da investigação do Ministério Público Federal, o PSOL também anunciou hoje que vai pedir a abertura de um processo no Conselho de Ética do Senado contra Demóstenes por quebra de decoro parlamentar.

Segundo o senador Randolfe Rodrigues (PSOL-AP), a decisão do procurador-geral da República de pedir a abertura de inquérito contra o democrata, é "inevitável" a investigação pelo conselho. O processo pode resultar na cassação do senador do DEM.

AFASTAMENTO

Demóstenes pediu nesta terça-feira para deixar a liderança do DEM no Senado. Em meio às denúncias de ligação com o empresário, ele enviou carta para o presidente do partido, senador José Agripino (DEM-RN), formalizando o pedido para se afastar da liderança.

"A fim de que eu possa acompanhar a evolução dos fatos noticiados nos últimos dias, comunico a Vossa Excelência o meu afastamento da liderança do Democratas no Senado Federal", afirmou em carta de três linhas endereçada a Agripino.

O presidente do DEM afirmou que a bancada do partido no Senado vai se reunir para escolher o novo líder na Casa. "Quem vai assumir é quem a bancada decidir", disse Agripino.

Abatido, Demóstenes passou a manhã em seu gabinete no Senado, mas não circulou pelos corredores da Casa. O democrata procurou líderes partidários para pedir apoio político. Disse que espera o julgamento criminal pela Procuradoria Geral da República, mas espera ser poupado de um processo no Conselho de Ética do Senado --que poderia lhe acarretar a perda de mandato.

Endereço da página:

<http://www1.folha.uol.com.br/poder/1068137-gurgel-pede-ao-stf-abertura-de-inquerito-para-investigar-demostenes.shtml>

Links no texto:

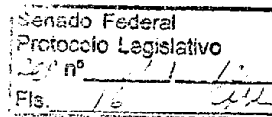
processo no Conselho de Ética do Senado

<http://www1.folha.uol.com.br/poder/1068053-psol-vai-ao-conselho-de-etica-contr-demostenes-torres.shtml>

deixar a liderança do DEM no Senado

<http://www1.folha.uol.com.br/poder/1067905-demostenes-pede-afastamento-da-lideranca-do-dem-no-senado.shtml>

Copyright Folha.com. Todos os direitos reservados. É proibida a reprodução do conteúdo desta página em qualquer meio de comunicação, eletrônico ou impresso, sem autorização escrita da Folha.com.



Fundado em 1891

JORNAL DO BRASIL

O primeiro jornal 100%
digital do país

Quarta-feira, 28 de março de 2012

País

Hoje às 09h13 - Atualizada hoje às 09h13

Corregedor-geral do Senado: situação de Demóstenes Torres é "preocupante"

Agência Brasil

Brasília - O corregedor-geral do Senado, Vital do Rêgo (PMDB-PB), definiu hoje (27) a situação do senador Demóstenes Torres (DEM-GO) como "preocupante". Rêgo aguarda que o procurador-geral da República, Roberto Gurgel, encaminhe para a corregedoria os indícios que tem sobre o envolvimento de Torres com o jogo do bicho em Goiás. Para ele, o ex-líder do DEM não conseguirá escapar de um julgamento político se o Supremo Tribunal Federal decidir acatar o pedido do procurador-geral e abrir um inquérito para investigá-lo.

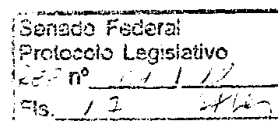
Na opinião do corregedor-geral do Senado, embora Demóstenes Torres alegue que os grampos feitos pela Polícia Federal em seu telefone foram ilegais, do ponto de vista político eles podem complicar a situação do senador, se comprovarem as relações próximas do senador com o bicheiro preso na Operação Monte Carlo da Polícia Federal. "A acusação de ordem jurídica perde força e acusação de ordem política ganha força", disse.

Caberá a Vital do Rêgo o encaminhamento de um pedido de abertura de processo no Conselho de Ética do Senado contra Demóstenes Torres se a documentação solicitada à Procuradoria-Geral da República confirmar que o senador recebia dinheiro do jogo do bicho.

Torres foi envolvido no escândalo depois que grampos feitos pela Polícia Federal vazaram para a imprensa e mostraram que o senador falava frequentemente com o bicheiro. Além disso, outras reportagens denunciaram que o senador goiano recebeu presentes e pediu dinheiro a Carlinhos Cachoeira e que mantinha um telefone habilitado nos Estados Unidos para falar com o empresário.

Apesar das denúncias, o corregedor procurou ser cauteloso e disse que ainda não tem os documentos para se manifestar sobre o caso. "A situação é preocupante, e a corregedoria só se manifestará quando receber os elementos que estão solicitados à Procuradoria-Geral da República", declarou.

Mais cedo, Demóstenes Torres entregou carta na qual anuncia o seu afastamento da liderança do Democratas enquanto estiver se defendendo das acusações. Na nota, o senador diz que subirá à tribuna do Senado para responder aos questionamentos dos colegas tão logo tenha acesso ao conteúdo dos autos nos quais é acusado. Ele declara que é inocente e que, embora tenha tido amizade com Cachoeira, jamais participou de qualquer atividade ilícita.



Época

14/03/2012 20h53 - Atualizado em 15/03/2012 13h14

tamanho do texto

A- | A+

Senador Demóstenes Torres tinha rádio exclusivo para falar com Cachoeira

Aparelho usado pelo líder do DEM no Senado foi habilitado em Miami para escapar de grampos telefônicos

MURILO RAMOS E ANDREI MEIRELES

[inShare27](#)



Carlinhos Cachoeira (à esq.) e

Demóstenes Torres (à dir.)

(Foto: Roosevelt Pinheiro/ABr e Waldemir Barreto/Agência Senado)

O empresário de jogos Carlos Augusto Ramos, o [Carlinhos Cachoeira](#), habilitou em Miami 15 aparelhos de rádio, da marca Nextel, e os distribuiu entre pessoas de sua mais estrita confiança. De acordo com a Polícia Federal, o propósito de Cachoeira era evitar que escutas telefônicas, legais ou ilegais, captassem suas conversas com os

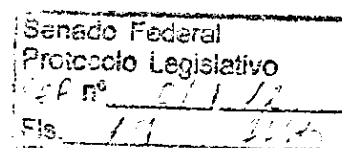
comandantes de uma rede de exploração ilegal de máquinas caça-níqueis em Goiás e na periferia de Brasília. Nos relatórios da investigação, o grupo contemplado com os rádios é chamado de “14 + 1”. Entre os 14, há foragidos e os que foram presos com Carlinhos Cachoeira durante a Operação Monte Carlo, da PF. O “1” é o senador Demóstenes Torres (GO), líder do Democratas no Senado Federal.

saiba mais

- PF prende Carlinhos Cachoeira em operação contra quadrilha que explorava caça-níqueis
- As ligações de Carlinhos Cachoeira com políticos
- Carlinhos Cachoeira negocia delação premiada
- O caso Waldomiro Diniz

Nesta quarta-feira, ÉPOCA ouviu o senador Demóstenes, em seu gabinete no Senado. Ele estava acompanhado de seu advogado Antonio Carlos Almeida Castro, o Kakay. Indagado se havia recebido um aparelho de rádio para conversas exclusivas com Cachoeira, Demóstenes pediu licença para ter uma conversa reservada com seu advogado antes de responder à pergunta. Cinco minutos depois, disse à reportagem que, por recomendação do advogado, não faria declarações sobre o assunto. A interlocutores, no entanto, o senador goiano confirmou que recebeu o aparelho de Cachoeira, que foi usado exclusivamente em conversas entre os dois. Segundo Demóstenes, nos quase 300 diálogos com Cachoeira, gravados pela Polícia Federal com ordem judicial, não há nada que o comprometa. “São conversas entre amigos, só há trivialidades.” Foi por meio dessas escutas que os investigadores descobriram que Cachoeira deu a Demóstenes uma geladeira e um fogão importados como presente de casamento, como ÉPOCA revelou em primeira mão há duas semanas.

De acordo com a investigação, Carlinhos Cachoeira resolveu habilitar os 15 rádios Nextel em Miami porque arapongas lhe asseguraram que, assim, eles escapariam de grampos telefônicos. Segundo o Ministério Público Federal, Cachoeira seguiu orientação do delegado da Polícia Federal Fernando Byron e do ex-sargento da Aeronáutica Idalberto Matias de Araújo, o Dadá, também presos na Operação Monte Carlo. “Para azar deles e sorte da sociedade, a Polícia Federal conseguiu realizar a interceptação telefônica. E isso mudou todo o rumo da investigação”, afirmou o juiz federal Paulo Augusto Moreira Lima, na decisão judicial (*trecho abaixo*) que autorizou a operação Monte Carlo.

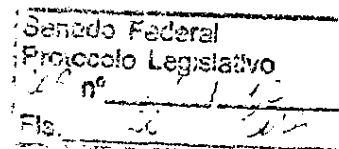


PODER JUDICIÁRIO
JUSTIÇA FEDERAL EM GOIÁS
DECIMA PRIMEIRA VARA Autos nº 13279-78.2011.4.01.350



Para se ter idéia do potencial ofensivo da organização criminosa investigada e das medidas de contra- inteligência adotadas, CACHOEIRA vem utilizando para se comunicar com outros membros da quadrilha rádios Nextel habilitados nos Estados Unidos, na esperança de que não poderiam ser interceptados pela Polícia Federal, encorajado pelo Delegado de Polícia Federal BYRON e pelo araponga DADÁ. Para azar deles e sorte da sociedade, a Polícia Federal conseguiu realizar a interceptação telefônica. E isso mudou todo o rumo da investigação.

Decisão da Justiça Federal em Goiás fala sobre os rádios adquiridos nos Estados Unidos por Carlinhos Cachoeira (Foto: Reprodução)



Gravações mostram relações de Carlinhos Cachoeira com parlamentares de GO

Publicação: 03/03/2012 10:01 Atualização: 03/03/2012 10:12

Um amigo íntimo de Carlos Augusto Ramos, o Carlinhos Cachoeira, aparece com frequência nas conversas telefônicas gravadas mediante autorização da Justiça Federal, dentro da investigação que resultou na Operação Monte Carlo. O senador Demóstenes Torres (DEM-GO), líder do Democratas no Senado e uma das principais referências da oposição no Congresso, fez ligações e recebeu chamadas do bicheiro. As conversas evidenciam a amizade entre os dois. Algumas delas eram encerradas rapidamente — os diálogos continuavam em encontros posteriores, agendados nas ligações telefônicas.

Desde o início das investigações que resultaram na prisão de Cachoeira, ancoradas na quebra do sigilo telefônico do bicheiro, os diálogos com Demóstenes chamaram a atenção dos procuradores da República responsáveis pelo procedimento aberto. Por ter foro privilegiado, o senador — que foi promotor de Justiça antes de ocupar um cargo eletivo — não pode ser investigado pelos procuradores. Os diálogos mostram a relação entre Demóstenes e Cachoeira, mas são curtos e dão poucas pistas sobre a proximidade entre os dois. O Ministério Público Federal (MPF) em Goiás, que conduziu as investigações, já decidiu que as transcrições serão remetidas à Procuradoria-Geral da República (PGR), para a abertura de um novo procedimento de investigação.

A matéria completa você lê na edição impressa do Correio Braziliense deste sábado (3/03)

Da Redação

Gravação de Cachoeira acelera criação de CPI

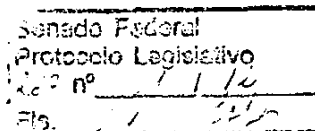
Prefeito beneficiado por Cachoeira

GOSTOU DESTA NOTÍCIA? COMPARTILHE EM SUAS REDES SOCIAIS!

Mais



Câmeras Nikon
Confira os modelos



Ligações entre Demóstenes e Cachoeira seriam para resolver questão amorosa

Publicação: 04/03/2012 09:31 Atualização:

O bicheiro Carlos Augusto Ramos, o Carlinhos Cachoeira, e o senador Demóstenes Torres (DEM-GO) conversaram por telefone 298 vezes entre fevereiro e agosto de 2011, como mostram as transcrições feitas pela Polícia Federal (PF) para a Operação Monte Carlo. O empresário da jogatina e o senador trocaram, em média, 1,4 ligação por dia no período. Falavam-se diariamente, até mais de uma vez por dia. Ao Correio, Demóstenes deu uma justificativa de cunho sentimental para a proximidade ao empresário — ou “professor”, conforme expressão usada pelo parlamentar para se referir ao contraventor: “A mulher do meu suplente (Wilder Pedro de Moraes) o deixou e passou a viver com Cachoeira. Eu e minha mulher tivemos de resolver esse problema. Por isso houve tantas ligações e encontros”.

Os policiais federais que fizeram as transcrições das conversas telefônicas, cuja quebra de sigilo foi autorizada pela Justiça Federal de Goiás, encontraram referências aos presentes dados por Cachoeira ao senador e ao prefeito de Águas Lindas de Goiás, Geraldo Messias (PP). Demóstenes ganhou do bicheiro uma cozinha importada dos Estados Unidos, com fogão e geladeira, avaliada em US\$ 27 mil (R\$ 46,7 mil, pela cotação do dólar de sexta-feira). A constatação do presente aparece numa fala de Cachoeira, dizendo ao senador que enviaria a cozinha. “Minha mulher é advogada e boa cozinheira. Nos casamos em 13 de julho do ano passado, e a mulher de Cachoeira nos prometeu um bom presente”, justifica o senador. O prefeito de Águas Lindas foi agraciado com uma viagem a Las Vegas, nos Estados Unidos, conforme as transcrições feitas pela PF. Geraldo Messias confirmou ao Correio que fez a viagem, em maio de 2011, com a mulher, e disse que o hotel foi pago pelo bicheiro. “Ele não pagou a viagem, mas deu para nós a estadia. O hotel é de uma pessoa ligada a ele.”

A matéria completa você lê na edição impressa do **Correio Braziliense** deste domingo (4/2).

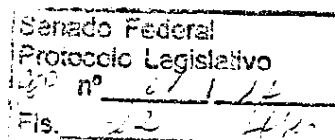
Saiba mais...

Gravação de Cachoeira acelera criação de CPI

Prefeito beneficiado por Cachoeira

GOSTOU DESTA NOTÍCIA? COMPARTILHE EM SUAS REDES SOCIAIS!

Mais



O GLOBO

PF: Demóstenes Torres pediu dinheiro a Carlinhos Cachoeira

Gravações revelam que senador do DEM solicitou ajuda para despesa de táxi-aéreo

Jailton de Carvalho

BRASÍLIA - Gravações da Polícia Federal revelam que o senador Demóstenes Torres (GO), líder do DEM no Senado, pediu dinheiro e vazou informações de reuniões oficiais a Carlos Augusto Ramos, o Carlinhos Cachoeira, acusado de chefiar a exploração ilegal de jogos em Goiás. Relatório com as gravações e outros graves indícios foi enviado à Procuradoria Geral da República em 2009, mas o chefe da instituição, Roberto Gurgel, não tomou qualquer providência para esclarecer o caso. O documento aponta ainda ligações comprometedoras entre os deputados Carlos Leréia (PSDB-GO) e João Sandes Júnior (PP-GO) com Cachoeira.

O relatório, produzido três anos antes da deflagração da Operação Monte Carlo, escancara os vínculos entre Demóstenes e Cachoeira. Numa das gravações, feitas com autorização judicial, Demóstenes pede para Cachoeira "pagar uma despesa dele com táxi-aéreo no valor de R\$ 3 mil". Em outro trecho do relatório, elaborado com base nas gravações, os investigadores informam que o senador fez "confidências" a Cachoeira sobre reuniões reservadas que teve no Executivo, no Legislativo e no Judiciário. Parlamentar influente, Demóstenes costuma participar de importantes discussões, sobretudo aquelas relacionadas a assuntos de segurança pública.

O relatório revela ainda que desde 2009 Demóstenes usava um rádio Nextel (tipo de telefone) "habilitado nos Estados Unidos" para manter conversas secretas com Cachoeira. Segundo a polícia, os contatos entre os dois eram "frequentes". A informação reapareceu nas investigações da Monte Carlo. Para autoridades que acompanham o caso de perto, esse é mais um indicativo de que as relações do senador com Cachoeira foram mantidas, mesmo depois da primeira investigação criminal sobre o assunto. O documento expõe também a proximidade entre Cachoeira e os deputados Leréia e Sandes Júnior.

Lereria também usava um Nextel para conversas secretas com Cachoeira. A polícia produziu o relatório com base em inquérito aberto em Anápolis para investigar a exploração de bingos e caça-níqueis na cidade e arredores. Como não pode investigar parlamentares sem autorização prévia do Supremo Tribunal Federal (STF), a PF enviou o material à Procuradoria Geral em 15 de setembro de 2009. O relatório foi recebido pela subprocuradora-geral Cláudia Sampaio Marques. Caberia ao procurador-geral, Roberto Gurgel, decidir se pediria ou não ao STF abertura de inquérito contra os parlamentares. Mas, desde então, nenhuma providência foi tomada.

No segundo semestre de 2010, a PF abriu inquérito para apurar exploração ilegal de jogos em Luziânia e se deparou com as mesmas irregularidades da investigação concluída há três anos. Procurado pelo GLOBO, Gurgel disse, por meio da assessoria de imprensa, que estava aguardando o resultado da Operação Monte Carlo para decidir o que fazer em relação aos parlamentares. O advogado Antônio Carlos de Almeida Castro, o Kakay, confirmou o uso do Nextel por Demóstenes.

Segundo ele, o senador usou o telefone, mas não se lembra desde quando. O advogado não fez comentários sobre o suposto pedido de pagamento de despesas e o vazamento de informações oficiais.

URL: <http://glo.bo/GTKDzy>

Notícia publicada em 22/03/12 - 23h18 | Atualizada em 23/03/12 - 13h20 | Impressa em 28/03/12 - 13h44

